

O Estado de S. Paulo

Título: Coluna do Broadcast - Petit comité

Editoria: Economia

Assunto: BDMM

Publicado: 06-09-2019

B2 | Economia | SEXTA-FEIRA, 6 DE SETEMBRO DE 2019

O ESTADO DE S. PAULO

coluna do broadcast

CEO do Grupo Itapemirim vira alvo de investigação

O presidente da Viação Itapemirim, Hélio Siqueira, está prestes a virar alvo de investigação por conta de um contrato de seguro, que o colocará diante de questionamento envolvendo conflito de interesse. Isso porque, em abril deste ano, o executivo assinou um contrato de seguro de vida em grupo com a MetLife para as empresas da Itapemirim, utilizando como intermediária para a contratação a própria corretora de seguro, a Via União Consultoria e Corretora de Seguros. Membros da diretoria da empresa já estavam investigando o assunto. O executivo está à frente da companhia, que se encontra em processo de recuperação judicial, desde outubro de ano passado.



No papel. Conforme certidão da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp) obtida pela Coluna, Siqueira foi admitido como sócio em tal corretora dias antes de ser empossado presidente da Viação Itapemirim, mas se retirou da sociedade em julho deste ano, ou seja, depois de assinar o contrato com o Grupo Itapemirim. O executivo já havia sido alvo de reclamações por parte de credores. Procurado, o Grupo Itapemirim não comentou.



Todos juntos. O banco gaúcho Agibank, que segue com planos de listar ações na Bolsa, está à procura de um novo sócio em seguros. Atualmente, quem responde pelo canal é a Toó Seguros, do Banco Pan (ex-Panamericano), controlado pelo PTC Pactual e a Caixa Econômica Federal. O objetivo do banco,

que nasceu como uma financeira em 1999, no Rio Grande do Sul, é vender o balcão para um novo player para explorar as mais diversas áreas de seguros como automóvel, vida, residencial, entre outros. Ao fim de junho, o Agibank somava 1,2 milhão de clientes. A estratégia vai em linha com a de outros bancos de rentabilizar o balcão de seguros e, de quebra, turbinar as receitas da sua corretora de seguros própria. Procurado, o Agibank confirmou que está à procura de novo sócio.

Tres-troca. Vale lembrar que a Caixa também está negociando seu balcão de seguros, que tem a francesa CNP Assurances como sócia exclusiva. A CNP ficará com os ramos de seguro de vida, prestamista (atrelado a financiamentos) e previdência e tenta mais algum, mas terá de superar a concorrência do mercado. As conversas entre os sócios, abaladas pela maior crise diplomática que o Brasil já teve com a França, começam a andar.

Time of Change. Os empregos no setor financeiro podem ser os mais afetados no curto prazo com a automação, segundo estudo realizado pela PwC. O levantamento apontou que 30% das vagas desse setor po-

dem estar em risco até o fim da década de 2020. Já no longo prazo, o setor de transporte é o que deve sofrer os efeitos. Nesse caso, o estudo global aponta que 50% dos postos de trabalho podem ser automatizados até o meio da década de 2030.

Contrassenso. Embora exista uma percepção generalizada de que estar em títulos públicos é um mal negócio atualmente, com a taxa Selic em franco movimento de queda, os números têm mostrado o contrário. No acumulado de 2019 até agosto, a rentabilidade do IMA-B, carteira teórica composta por NTN-B e títulos do Tesouro remunerados pelo IPCA, foi de 16,22%, superando os 15% do Ibovespa, conforme estudo da Nova Futura. Se o cenário econômico brasileiro continuar sustentando a tendência de Selic em baixa, é provável que esse comportamento positivo dos títulos públicos se mantenha. Os maiores riscos vêm do exterior, já que a guerra comercial entre Estados Unidos e China e possível redução do juro americano afetam as expectativas para a Selic no Brasil.



Líquido e certo. A B3 acaba de abrir um novo programa para seleção de formador de mercado, como é chamado o agente que garante liquidez de ativos negociados na Bolsa. Maior do que a edição do ano passado, desta vez 80 ações, 15 fundos de índice (ETFs, na sigla em inglês) e todos os BDRs, os recibos de ações de empresas estrangeiras negociadas no mercado brasileiro (200), contanto com a presença do formador de mercado.

Petit comité. Representantes dos bancos de fomento da América Latina se reunirão, pela primeira vez, em encontro marcado na sede do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), em Belo Horizonte, daqui a duas semanas. O objetivo do encontro, que contará com a presença de economistas-chefes das instituições, é a troca de experiência sobre novas formas de captação desses bancos, em um momento em que os recursos vindos dos governos estão a cada dia mais mínguados.

COM IANDEY PORCELLA

CELSO MING

É o mundo inundado de dinheiro

Analistas e investidores estão muito preocupados com a perspectiva da persistência de juros muito baixos no mercado internacional e seu impacto sobre as aplicações financeiras, inclusive no Brasil. Mas, ao mesmo tempo, parecem desconsiderar as razões da inflação insistentemente muito baixa.

Dia 29 de agosto, em entrevista ao Estado e Broadcast, agência de informações em tempo real do Grupo Estado, o administrador de um dos fundos de investimento de maior sucesso no Brasil, Luís Stuhlberger, afirmou que o problema dos juros negativos é tão grave que a saída presumivelmente será uma poola generalizada dos ativos financeiros (portanto, também dos patrimônios), que ele chama de Plano Collor em escala global.

No mundo, há cerca de US\$ 13 trilhões em títulos de dívida emitidos por Tesouros nacionais e por empresas (mais de 30% do total) que, no momento, proporcionam rendimento negativo. Ou seja, o investidor tem de pagar para emprestar seu dinheiro.

Por toda parte, grandes bancos centrais operam com juros reais ou negativos ou em torno de zero por cento ao ano. Os grandes bancos estão abarrotados de dinheiro para o qual não encontram aplicação a não ser depositar as megasorras nos seus bancos centrais ou pagar por isso. Na Alemanha, pagam 0,44% ao ano. Ou seja, embora estejam longe das proporções que ameaçam tirar o sono do administrador de fundos Luís Stuhlberger, as tesourarias de patrimônio financeiro já começaram.

A história da economia nos conta que, diante do excesso de dinheiro, a inflação dispara. Isso valeu tanto para a Espanha do século 17, quando do despejo de ouro e prata de suas colônias no Novo Mundo, quanto nas espetaculares hiperinflações do século 20.

Em primeiro lugar, essa dinheirama de hoje não produz inflação porque não está sendo empurrada para o consumo. É entesourada. Sem consumo adicional, não há aumento significativo da procura por bens e serviços e, portanto, não há aumento de preços.

Fator ainda mais importante, chegamos a um momento da produtividade da economia em que se sentem fortemente os efeitos do processo de globalização, que pode ser definido como busca competitiva do mais barato e do custo mais baixo. É o efeito do aumento do comércio exterior nos últimos 30 anos, do barateamento dos fretes, que se conjugou ao incremento da produtividade dos transportes e do aumento da pro-



dução com base nos salários mais baixos (principalmente da Ásia).

Finalmente, a forte redução de custos tecnocrata no mundo graças a automação intensiva e ao uso cada vez maior de tecnologia da informação, que inclui não só Internet e computadores em larga escala, mas também os aplicativos. Por conta disso, os custos de produção desabaram; os bancos substituíram agências e funcionários por caixas automáticas e serviços na internet; o comércio varejista aderiu em massa às vendas online que, por si só, produzem uma revolução baibista na administração de estoques; e se espalha o fenômeno da economia compartilhada, como Uber, 99, Airbnb, Booking - e isso é só o começo.

E não dá para ignorar outro fator fortemente baibista. Agrande sobra de dinheiro, as incertezas com o que acontecerá por confirmada uma forte desvalorização patrimonial, a expectativa de uma nova recessão mundial e possivelmente outras fontes de inquietação puaram o breque dos investimentos. Quem é que pretende pagar dinheiro parado em projetos de investimento se, dentro de mais algum tempo, o custo do crédito pode cair ainda mais?

A guerra comercial em curso também trabalha na mesma direção, porque tende a reduzir o mercado futuro das empresas e derrubar negócios.

Nesse cenário, os bancos centrais pouco podem fazer, porque o problema não é mais de falta de crédito ou de falta de dinheiro. Nem há mais espaço para novos cortes de juros. E seguir comprando títulos no mercado para aumentar a demanda, como fizeram desde a crise de 2008, implica continuar o processo de inundações dos mercados com recursos.

Tem sido repetido que a salvaguarda não vem mais da política monetária (injeção de dinheiro e dos juros), mas terá de vir da política fiscal, ou seja, do aumento das despesas dos governos. O problema aí é que, por toda parte, os Tesouros estão quebrados e desse pote também não se tira mais melado.

Enfim, não há saída fácil. E, neste momento, não há nem ideia clara sobre o que fazer.

LEILÕES DIÁRIOS DE VEÍCULOS ESPETACULAR: MOTO SUPER EXCLUSIVA BMW HP4 RACE 150KW 215 HP 0999 17/18. SODRÉ SANTORO 40 Anos. De segunda à sábado. Presencial e online. WWW.SODRESANTORO.COM.BR

broadcast mercados

Table with market indicators: Maiores altas do Ibovespa, Múltiplos, TR/B/Poupança/Poupança Selic (%)

Table with inflation and interest rates: Inflação (%), Taxa Selic, Taxa ICMSP

Table with INSS and CDB-CDI: INSS - Competência (Julho), CDB-CDI

Table with Agrícolas - Mercado Futuro: Agrícolas - Mercado Futuro

Table with Moedas e Commodities: Moedas e Commodities

Editorial Econômico

Previdência terá déficit alto, apesar da reforma

O desequilíbrio da previdência pública e privada brasileira é uma realidade que persiste desde 2020, mesmo após a aprovação da reforma das aposentadorias, como está previsto no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2020, enviado há pouco pelo

Executivo ao Congresso Nacional. No âmbito federal, só as despesas previdenciárias deverão atingir de R\$ 650,9 bilhões, em 2019, para R\$ 682,7 bilhões, em 2020, passando de 45% para 46,1% do total das despesas primárias do governo central. O vulto dos dispêndios com aposentadorias e pensões afeta qualquer dívida que ainda possa existir quanto da Previdência pelo Senado. A reforma deve permitir uma economia fiscal de R\$ 8,6 bilhões, neste ano, para R\$ 244,2 bilhões, no ano que vem, ou seja,

de 3% para 2,2% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo o Ploa. O déficit do RGPS foi de R\$ 16,1 bilhões em julho, de R\$ 11,1 bilhões nos primeiros sete meses de 2019 e de R\$ 20,4 bilhões nos últimos 12 meses, segundo dados do Tesouro e do Ministério da Economia. Sem esse déficit, o resultado primário do governo central teria sido positivo em R\$ 75,1 bilhões nos primeiros sete meses do ano. Para não comprometer as contas fiscais, o governo corta investimentos, o que traz consequências negativas sobre os empregos.

Além de reformar a Previdência, cabe eliminar fraudes. O Tribunal de Contas da União (TCU) identificou 34 mil casos de acumulação indevida de benefícios do RGPS em 2018, além de 25,2 mil casos de uso irregular de CPF ou Número de Inscrição do Trabalhador (NIT), segundo reportagem do Estado. Outros 1.857 pessoas receberam valores acima do teto do RGPS. O déficit do RGPS e do RPPS previsto para 2020, mesmo com a aprovação da reforma, indica a relevância da Previdência na questão fiscal.